

MARY STELLA NEMETZ

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO PÚBLICO NOTURNO NA CIDADE DE
CURITIBA : ANÁLISE DE SUA IMPLEMENTAÇÃO**

Monografia apresentada à disciplina
Seminário de Monografia. Curso de Educação
Física, Setor de Ciências Biológicas,
Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1996

MARY STELLA NEMETZ

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO PÚBLICO NOTURNO NA CIDADE DE
CURITIBA: ANÁLISE DA SUA IMPLEMENTAÇÃO**

Monografia apresentada à disciplina
Seminário de Monografia. Curso de Educação
Física, Setor de Ciências Biológicas,
Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADORA: Idelzi Terezinha Massaneiro

SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2. JUSTIFICATIVA.....	1
1.3. OBJETIVOS.....	2
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	3
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO NOTURNO.....	3
2.2 MUDANÇAS TECNOLÓGICAS.....	4
2.3 EDUCAÇÃO E TRABALHO.....	6
2.4 EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DE ADULTOS.....	7
2.5 ENSINO NOTURNO E EDUCAÇÃO FÍSICA.....	9
2.6 ANÁLISE DO CURRÍCULO DO ESTADO.....	10
2.6.1 CONCEPÇÃO E METAS.....	10
2.6.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	12
2.6.3 PROPOSTA E DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS.....	13
2.6.4 SITUAÇÕES DIDÁTICAS E PROCEDIMENTOS.....	14
2.6.5 AVALIAÇÃO.....	15
2.7 ANÁLISE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.....	15
3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

RESUMO

O presente trabalho traz questões pertinentes à Educação Física no ensino noturno de 1º e 2º graus da cidade de Curitiba. O enfoque é dado às escolas municipais e estaduais que ofertam tal modalidade de ensino. Para que o tema seja desenvolvido a revisão de literatura aborda assuntos como: histórico da educação de jovens e adultos, a fim de que se tenha uma visão das condições políticas e sociais da época de seu surgimento no Brasil até nossos dias; diferenciação na educação infantil e educação de adultos; escola e trabalho; influências das mudanças tecnológicas na escola; educação física escolar no ensino noturno. Após a abordagem de tais assuntos são discutidas as propostas curriculares para o ensino noturno a nível estadual e municipal da cidade de Curitiba, dando ênfase à disciplina de Educação Física. Ao fim do trabalho pode-se encontrar algumas sugestões para que haja uma modificação no quadro atual da Educação Física Escolar Noturna em Curitiba. A educação Física no ensino noturno é um tema que, de maneira alguma, esgota-se com esse trabalho, existe muito a ser investigado para que, num futuro próximo tenhamos uma Educação Física Escolar Noturna de qualidade.

1 INTRODUÇÃO:

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA:

A Educação Física Escolar no ensino noturno surge junto com o aparecimento desta modalidade de ensino. Desde então o interesse do governo para com a Educação Física na escola noturna tem sido muito pouco.

Ocorre nas escolas noturnas um total descompromisso por parte dos professores em trabalhar conteúdos relevantes aos alunos. Alunos esses que, em sua maioria, advêm de uma esfera social de baixa renda e tem na escola sua única fonte de aprendizado formal.

Sabe-se que a educação física escolar noturna a nível estadual possui um direcionamento legal que propõe promover a cultura corporal, através de aspectos motores, cognitivos e afetivo-sociais que auxiliem na formação dos indivíduos. No entanto, a Prefeitura Municipal de Curitiba não prevê a prática de Educação Física a nível de 1ª a 4ª série noturna baseando-se na legislação, a qual não obriga esse grau de ensino a realizar tal prática.

Com base no panorama acima traçado, questiona-se:

“Qual é a relação entre as políticas públicas elaboradas para o ensino noturno e o atual quadro da Educação Física em tal nível de ensino na cidade de Curitiba?”

1.2 JUSTIFICATIVA:

Por entender que a prática de Educação Física Escolar contribui no desenvolvimento dos indivíduos em seus diversos aspectos (físico, psicológico, cognitivo e social) e levando em consideração que a clientela que frequenta o ensino noturno em Curitiba, nas escolas públicas, é constituída por alunos carentes em todos esses aspectos, torna-se relevante levantar questões sobre a Educação Física no ensino noturno nas escolas públicas da cidade de Curitiba.

Outro ponto importante que justifica tal pesquisa é o fato de um tema tão importante à sociedade brasileira (o ensino noturno e a Educação Física nele inserida) ser tão pouco explorado pelos pesquisadores.

Tal pesquisa é importante também uma vez que existem pouquíssimas propostas para o trabalho com a Educação Física no ensino noturno em Curitiba.

Pretende-se, com essa pesquisa, auxiliar de alguma forma, através da sua revisão, sugestões ou questões levantadas, em uma modificação da práxis da Educação Física no ensino noturno em Curitiba. Ensino este que se encontra ausente de objetivos bem direcionados e vinculados à realidade dos alunos e da sociedade em geral, sem omitir conteúdos da motricidade humana.

Esse trabalho não tem a pretensão de mudar a Educação Física escolar noturna na cidade de Curitiba, mas serve como uma modesta introdução ao tema apresentado, que é amplo e complexo, e que, por motivos que desconheço, é pouco explorado no Brasil. Portanto, necessita de um maior aprofundamento de pesquisas e estudos nessa área.

1.3 OBJETIVOS:

Analisando a legislação que regula a Educação Física no ensino noturno, as propostas curriculares da Prefeitura Municipal de Curitiba e do Estado do Paraná, o perfil dos alunos dos cursos noturnos, a relação escola X trabalho e a influência ao ensino formal das mudanças tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade e fazendo uma relação entre esses itens, pretende-se:

- detectar as relações existentes entre as políticas públicas e a práxis da Educação Física Escolar no ensino noturno na cidade de Curitiba;
- estudar e levantar outros problemas sobre a Educação Física Escolar no ensino noturno, a qual é pouco explorada;
- contribuir para que a Educação Física Escolar justifique-se no ensino noturno público na cidade de Curitiba.

2 REVISÃO DE LITERATURA:

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO NOTURNO:

No Brasil, a educação de jovens e adultos surgiu a partir do momento em que o governo percebeu a necessidade de mão-de-obra especializada para suprir a crescente industrialização e, por outro lado, quando a população começou a reivindicar melhores condições de vida, incluindo neste aspecto a escolaridade para todos.

Havia um impasse entre os educadores e o governo: este necessitava de uma população ativa e participante da estrutura produtiva do país para atender o processo de industrialização criado pelo capital estrangeiro, imposto no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira; os primeiros desejavam uma educação para jovens e adultos que promovesse, além da educação, o direito à cidadania.

Observou-se nesse período uma educação de abordagem tecnicista, cujos princípios eram a neutralidade, eficiência e produtividade, opondo-se totalmente aos ideais humanistas dos educadores da época.

A educação de jovens e adultos era entendida como “[...] o mínimo de educação geral que, tem por objetivo ajudar crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata dos seus direitos e deveres individuais e cívicos e participarem eficazmente do processo econômico e social da comunidade a que pertencem.”(ROCCO, 1979, p.50). A partir daí criaram-se vários programas educacionais com o objetivo de resolver problemas sociais e econômicos.

Até 1971, com a criação da lei 5692/71, a educação de jovens e adultos não era regulamentada. À partir dessa data foi regulamentada e assegura-se que deve ser ministrada à jovens e adultos que não a concluíram ou não tiveram acesso a mesma. Prevê ainda que essa deve ser diferenciada no que diz respeito à estrutura, duração e regime escolar, para que esteja de acordo com suas finalidades e com a clientela a que se destina.

Segundo estudiosos da área de educação de jovens e adultos como PAULO FREIRE, é papel da escola e dos educadores que trabalham com essa clientela promover uma educação crítica e criticizadora. “Uma educação que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica, somente como poderíamos, ampliando e alargando a capacidade de

captar os desafios do tempo. Colocar o homem brasileiro em condições de resistir aos poderes da emocionalidade da própria transição. Armá-lo contra a força dos irracionalismos, de que era presa fácil, na emissão que fazia, em posição transitivamente ingênua.” (FREIRE, 1980, p. 86).

Este pensamento deve-se ao fato conhecido de que, os alunos de ensino supletivo e noturno pertencem em sua maioria, a uma classe social de baixa renda e são trabalhadores que, desde cedo foram oprimidos pelo sistema a que pertencem e cada vez têm menos acesso aos instrumentos necessários para que possam lutar e sair dessa condição.

Hoje em dia, a educação de jovens e adultos surge com novos objetivos. O principal é o de instrumentalizar seus alunos para que possam, num primeiro momento, transformar a sua realidade. Para que isso ocorra, torna-se necessário que antes, resgate-se esses alunos como seres humanos.

Os alunos dos cursos noturnos geralmente trazem consigo uma grande bagagem de conhecimentos e experiências dolorosas de vida. Muitos são migrantes, pertencem à classe social com baixa renda, a idade varia entre 14 e 60 anos, possuem famílias problemáticas, convivem com doenças, etc. Alguns já passaram pela escola, mas fracassaram e foram excluídos. Outros permaneceram pouco tempo na escola ou então nem chegaram a frequentá-la. Esse pouco contato com o ambiente escolar se dá principalmente por motivos de trabalho. Aliás, essa é a principal característica desses alunos; serem trabalhadores, mesmo que alguns estejam desempregados no momento. Geralmente tais alunos iniciam no mercado de trabalho muito cedo, ainda crianças. Como podemos observar a seguir, numa pesquisa realizada em São Paulo: “ normalmente trabalham intensivamente, com longa jornada diária e em trabalhos de grande exigência física.” (ARROYO, 1991, p. 162).

2.2 MUDANÇAS TECNOLÓGICAS:

Vem ocorrendo, já há algumas décadas, uma transformação da sociedade industrial para a sociedade tecnizada. A primeira surge a partir da Revolução Industrial como consequência da passagem da sociedade manufatureira para a industrial. Ocorre uma incorporação de grande contingente de trabalhadores nas indústrias, com a mecanização e racionalização do uso da força. Parte do setor secundário da economia indo ao primário, ou seja, é uma evolução

previsível. A sociedade tecnizada substitui a utilização das máquinas pela aparelhagem eletrônica. Há obtenção de produtos mais diversificados, equipamentos flexíveis e versáteis com menor gasto de energia. Ocorre uma diminuição relativa e absoluta da mão-de-obra, havendo economia de tempo de trabalho humano e menor dependência da intervenção do homem para a produção. É policêntrica, manifesta-se em todos os níveis da vida social. As técnicas são generalizáveis para várias situações. Torna-se impossível prever suas conseqüências, devido ao ritmo acelerado das inovações, há um intervalo curto entre descobertas e aplicações.

Sobre tais transformações discorre bem MACHADO no ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES (ELA), realizado em Brasília, em 1994: “a radicalidade dessas mudanças se apoia num dado fundamental: a alteração da base de tratamento, da conservação e da transformação das informações. Sua generalidade advém do fato de que quase todos os processos sociais dependem fundamentalmente das informações e de como elas são utilizadas.”. Tais mudanças refletem-se diretamente no trabalho atual.

“As possibilidades de aplicação da microeletrônica criaram novas oportunidades para o processo de automação com conseqüências bastante significativas para a alteração do trabalho humano.” (ELA, 1994, p. 50).

Agora a brutalização não ocorre pela fome como acontecia com o proletariado tradicional e sim pela ignorância política e alienação ofertados pela lógica consumista tecnizada.

Essas mudanças tecnológicas propiciam novos desafios à educação, uma vez que agora temos alunos com outros anseios. O aluno do século XXI necessita, mais do que controlar a natureza, controlar o conhecimento. Outro fato que diz respeito à educação é o resgate do conceito de nação, de maneira que não se perca a identidade atual.

Observa-se que vem ocorrendo um crescente processo de urbanização que causa uma ocupação diferente das cidades. Há um alto índice de migração feminina para as cidades em busca de trabalho e melhores condições sócio-econômicas em geral.

Para ROSERO citado por MAZUERA no ELA (1994) “a confluência de taxas elevadas de incremento demográfico com o processo de urbanização gera uma série de situações que afetam diretamente a mulher: sua participação no mercado de trabalho para

complementar a renda familiar; condições de trabalho desvantajosas frente as do sexo masculino; ausência materna no lar; instabilidade das relações matrimoniais; falta de tempo para dedicar-se à atividades recreativas, culturais e sociais. Essas são algumas das conseqüências, principalmente da urbanização.”

Outro grupo bastante afetado é o dos jovens, que é o que possui maior renda e é o que mais sofre com o desemprego. Essa situação freqüentemente gera violência e marginalidade, pois “desocupação, fracasso escolar, frustração de aspirações são solo fértil para o surgimento das quadrilhas e da droga.” (ELA, 1994).

2.3 EDUCAÇÃO E TRABALHO:

Para a maioria dos alunos do ensino noturno, a escola se apresenta como alavanca para a ascensão social. Tal afirmação fica clara na pesquisa realizada por Sérgio Haddad em São Paulo com alunos de um curso noturno: “quase todos respondem que estão estudando para ‘melhorar de vida’ e, neste melhorar de vida quase sempre está referida uma mudança salarial.” (ARROYO, 1991, p.166).

Haddad observa ainda que esse pensamento não se dá de maneira ilusória: “são poucos os que acham que podem ser doutores. O que querem é uma melhoria salarial e, isto, de fato, é possível via escola.” (ARROYO, 1991, p. 166).

Desde a década de 70 há uma tendência a valorizar uma educação de adultos política, em detrimento dos conteúdos específicos e habilidades básicas como coloca JARA :

O conceito de Educação popular perdeu seu conteúdo tradicional (ligado à ampliação de oportunidades) e tornou-se sinônimo de educação política através de grupos de discussão. Do mesmo modo, a atuação do Estado foi contestada com a mesma intensidade com que se idealizaram as atividades desenvolvidas por instituições da sociedade civil. Conteúdos, habilidades e preservação de ordens sociais injustas foram associadas à ação estatal, enquanto a aprendizagem da cidadania e a luta contra a falta de equidade passaram a compor o quadro de referência da educação política de adultos realizada através de iniciativas da sociedade civil. (ELA, 1994, p.27).

Hoje em dia, a educação de adultos adquire nova forma e redimensiona-se deixando de ser puramente política, como há décadas atrás, para tornar-se uma educação que valoriza a

psicologia escolar e social aplicada aos adultos, portanto é “educação permanente que se constrói sobre um sólida base elementar.” (ELA, 1994, p. 29).

Atualmente a educação de adultos tem um papel importantíssimo “[...] na medida em que a qualificação passou, de fato, a se apresentar como um instrumento de luta contra o desemprego e a marginalização, ameaças que hoje pairam sobre todos, ao longo de suas histórias de vida.” (ELA, 1994, p.29).

Diante desse panorama surge o que MERTENS (ELA, 1994, p. 32) chama de “qualificações- chave” que significam mais educação geral e menos especialização. Tal conceito adapta-se muito bem ao atual estágio em que se encontra o mundo contemporâneo, diante das mudanças tecnológicas imprevisíveis e que tornam impossível prever o tipo de qualificação necessária ao futuro, então “em face da dificuldade (que sempre existiu, mas que é hoje agravada) de antecipar o perfil educacional favorável a um futura inserção no mercado de trabalho, é preciso assegurar uma formação que possibilite preencher posições e funções diferentes.” (ELA, 1994, p.32). Ainda a qualificação-chave deve desenvolver capacidades de aprender, ser responsável, ser eficiente, capacidade decisória, cooperação e capacidade para suportar e superar conflitos.

2.4 EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DE ADULTOS:

A educação se dá por toda a vida do indivíduo, pois é tarefa social total, na qual nada está fora dela.

A sociedade cobra do indivíduo, em sua existência, diferentes desafios que vão se modificando conforme o desenvolvimento orgânico e psicológico. A cada etapa são exigidas diferentes capacidades. Portanto, há uma continuidade da educação infantil à adulta, na educação não-formal. Nesta educação trabalha-se com grandes fases ou períodos, os quais correspondem às fases e períodos do desenvolvimento individual. Durante o ELA (1994, p. 71), PINTO (p. 71) coloca que “a distinção entre a educação escolarizada da criança e do adulto e todos os problemas pedagógicos que suscita, tem que se apreciar sempre do ponto de vista das disponibilidades sociais de trabalho, tais como existem em uma determinada comunidade. Só é possível pensar em concreto. Fora daí é tratar o tema em abstrato e permanecer no plano das generalidades.”.

O ser humano, diferentemente dos outros animais, por ser racional, possui a capacidade de trabalhar, ou seja, responde a estímulos, cria hábitos e transforma a natureza. O que pode ficar nítido na afirmação de MARX & ENGELS citada por GOMEZ et alli (1989, p. 17) “podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais, assim que começam a produzir os seus meios de vida.”

Nos últimos anos vem ocorrendo uma ampliação na oferta de educação primária básica (1ª a 4ª série), que atinge uma boa parte das necessidades. O problema está na qualidade dessa educação das crianças, a qual deixa muito a desejar:

Isto se manifesta pelas taxas elevadas de matrícula após a idade apropriada, pela repetência, evasão temporária ou definitiva prematura. Não faz falta repetir os diagnósticos da educação primária, amplamente conhecidos, nos quais se gestam os problemas posteriores dos adultos, já que aprendizados importantes, que deveriam ter-se realizado na idade escolar, não se realizaram completamente, acumulando desvantagens para a posterior educação de adultos. (ELA, 1994, p. 154).

Esse nível de qualidade baixo no ensino atinge fortemente a educação de 2º grau que não prepara seus alunos para tomarem iniciativas e serem úteis ao mercado de trabalho. Essa modalidade de ensino “também dá origem a amplos grupos de adultos incapazes para enfrentar as necessidades da vida de trabalho.” (ELA, 1994, p. 161).

Todas essas faltas causaram grande contingente de pessoas que deixaram de estudar ou nunca estudaram. Para que não ficassem com essas lacunas em suas vidas, existem hoje vários programas de educação de adultos institucionalizados cada qual com sua especificidade. Ocorre, porém, uma falha na forma de encaminhamento desses cursos. “A educação de adultos institucionalizada (organizada sobre o mesmo modelo escolar usado para crianças) tem geralmente um regime compensatório que encurta os anos de escolaridade, quase sempre numa proporção de dois para um.” (ELA, 1994, p. 163).

O sistema escolar atual tem por objetivo formar e capacitar os estudantes nas especialidades que o mercado necessita. Na verdade existem profissionais em excesso no mercado de trabalho, desempregados. Torna-se então necessário uma mudança no enfoque da educação.

Em lugar de criar uma mentalidade de empregado no estudante, é necessário estimulá-lo a ter mentalidade empreendedora, a partir da qual cada um estará mais preocupado em criar do que procurar seu próprio emprego. Isto significa reformular os currículos de todos os níveis do sistema educacional, um assunto de extrema importância, se é que se quer evitar, no futuro, ter que fazer enormes esforços e investimentos de capacitação de adultos para atuarem no âmbito da economia popular e nas microempresas. (ELA, 1994, p. 168).

2.5 ENSINO NOTURNO E EDUCAÇÃO FÍSICA:

A escola noturna, desde a sua criação, vem sofrendo uma crise de identidade. Essa crise deve-se a vários fatores como: não ter uma política própria; utilização de prédios ociosos que durante o dia servem ao ensino de primeiro grau; poucas escolas que ofereçam esse grau de ensino, sendo que a maior parte das escolas que oferecem-no são públicas, a maioria concentra-se na zona urbana (99,54% das matrículas em 1989); as salas de aula são superlotadas (o que também pode ser observado nas escolas particulares); pouca oferta de cursos; grande número de evasão e repetência; a maioria dos alunos trabalha em subempregos ganhando em média um salário mínimo. Diante de tal quadro, vemos que o ensino noturno não tem atendido às necessidades de seus alunos, pois “entre as necessidades e realidades há um enorme distância, o que revela a característica de um ensino excludente, exprimindo mais uma das desigualdades que caracterizam o sistema econômico e social brasileiro.” (SÉRIE CADERNOS DE ENSINO DO 2º GRAU, 1993, p. 2). Outro ponto falho no ensino noturno é a educação para a cidadania. Para que os indivíduos ultrapassem a reprodução das relações sociais capitalistas é necessário que a educação atue como prática social, tornando-se um instrumento na construção da cidadania sendo crítica e criativa, pois “a educação para a cidadania implica como condição prévia uma crítica radical às formas metafísicas de concepção de cidadania, particularmente à visão burguesa.” (GOMEZ et alii, 1989, p. 18).

O que observa-se é que o Estado regula a cidadania, instituindo uma falsa igualdade entre os homens e as diferenças de classe são atribuídas a um maior ou menor grau de esforço individual.

Como a educação não se dá num vazio conceitual, recebe diretamente as influências dessa ideologia que está posta, conseqüentemente a educação física também. “A educação e a

educação física estão em relação direta com a manutenção do capitalismo monopolista.”(CURY, 1989, p.5).

É com base nessa informação que observamos que a educação física escolar, no ensino noturno: não possui objetivos educacionais; não leva em consideração as diferenças que existem entre ensino diurno e noturno; não tem um corpo teórico que explique o funcionamento do mundo do trabalho e suas relações, ou seja, a educação física vem, ao longo desses anos todos de atuação no ensino noturno, trabalhando para a manutenção dos valores do estado burguês que “[...] ao menos, em geral, não pensa por pensar, para construir sistemas de doutrinas, e sim para dirigir a conduta coletiva.”, como coloca MEKSENAS citado por PEREIRA (1993, p. 5).

Torna-se então necessário que os educadores tomem decisões que surjam do coletivo político ao qual pertencem e não vindas do Estado. “Constantes avaliações sobre a conjuntura poderão sugerir formas variadas de atividades pedagógicas, pois o Estado, sabe-se, perdeu credibilidade junto aos educadores faz muito tempo. E não é para menos, porque o Brasil teve quase sempre um Estado que prometeu e não cumpriu, um Estado que em se tratando de educação, só soube interferir, atormentar burocrática e legalmente, ‘mudando’ a toda hora sem mudar a realidade.” (GOMEZ, 1987, p. 40).

2.6 ANÁLISE DO CURRÍCULO DO ESTADO:

2.6.1 CONCEPÇÃO E METAS:

O currículo da Secretária do Estado do Paraná traz em seu interior uma concepção de educação que visa a transformação. Baseando-se no histórico da Educação Física brasileira, analisa-a como uma prática que sempre serviu aos interesses da classe dominante, até os dias atuais onde surge a necessidade da construção de uma nova visão de Educação Física voltada mais ao resgate do ser humano em sua totalidade.

Hoje, quando discutimos a Educação Física enquanto ciência, torna-se difícil a sua colocação no papel que lhe cabe por direito - a ciência da motricidade humana (compreensão e explicação da conduta motora humana) - uma vez que suas origens foram marcadas pela influência das instituições militares, através da

qual a Educação Física entrou no Brasil, associada à educação do físico e à saúde corporal. (TOLKMITT in SEED - DESU, 1989, p. 259)

A proposta critica leis que foram produzidas em uma época em que a abordagem da educação Física era pensada no contexto do paradigma tecnicista, como por exemplo a lei 6.503 de 13/12/1977 e valores de estagnação institucional. Como coloca TOLKMITT citada em SEED - DESU (1989, p. 259)

Na redação da lei (tanto uma como outra), é facultada a prática da Educação Física em todos os graus e ramos de ensino

Artigo 1º : Letra A: ao aluno que comprove exercer atividade profissional em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas;

Letra B: ao aluno maior de 30 (trinta) anos de idade;

Letra F: à aluna que tenha prole; ...

Baseando-se no trabalho de GRAMSCI citado por GOMEZ et alli (1989, p. 259) traça uma paralelo entre tais leis e o novo trabalho industrial - americano - capitalista. Neste “as iniciativas ‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psico-físico para evitar o colapso fisiológico do trabalhador, exprimido pelo método de produção.” (ibidem, p. 260). Seguindo esse pensamento, as pessoas acima citadas são marginalizadas cruelmente no processo educativo. Logo, elas que, por serem trabalhadores e por possuírem uma história de vida complicada, são mais carentes do saber sistematizado. Para tanto, o currículo prevê que a Educação Física cumpra seu papel de transmitir os conteúdos construídos historicamente pela sociedade de forma crítica. “Ora, a Educação física possui um corpo teórico, um saber metódico, sistematizado que diz respeito ao movimento humano (não qualquer tipo de movimento) e, como tal, precisa ser transmitido a alunos de todos os níveis de ensino.” (SEED - DESU, 1989, p. 261).

Ainda sobre como o saber da da educação Física deve ser transmitido ao aluno dos cursos supletivos, o currículo cita que

tal apropriação pressupõe a clareza sobre quais conteúdos devem ser transmitidos ao aluno do ensino supletivo. É fazer o homem sabedor que seu corpo sempre estará expressando o ‘discurso’ hegemônico de uma época e que a compreensão do significado deste ‘discurso’, bem como de seus determinantes, é condição essencial para que ele possa vir a participar do processo de construção do seu tempo e, por

consequente, da elaboração dos 'signos' que serão gravados em seu corpo. (FILHO in SEED - DESU, 1989, P. 261).

A proposta tem como pressuposto que, a Educação Física tem o movimento humano com saber a ser transmitido. Também tem como princípio que esse movimento se dá de acordo com a consciência corporal dos indivíduos formada a partir da história e saberes acumulados. Segundo FILHO, citado em SEED- DESU (1989, p. 264) consciência corporal é “a compreensão a respeito dos ‘signos tatuados’ em nosso corpo pelos aspectos sócio-culturais em momentos históricos determinados”. Para que a Educação Física seja bem desenvolvida nas escolas sugere que se deva “tomar como ponto de partida a realidade do aluno, levando-o a uma apropriação ativa do conteúdo e à reelaboração do seu saber. A reelaboração da consciência e da cultura corporal poderão possibilitar a este aluno situar-se melhor em sua realidade” (SEED - DESU, 1989, p. 264).

2.6.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA:

Para que o conteúdo deseje melhor desenvolvido o currículo sugere duas grandes unidades a saber: a cultura corporal e a cultura desportiva.

A cultura corporal vem a ser “o conjunto das atividades corporais de movimento, incluindo práticas corporais que se apresentam em nossa sociedade”(*ibidem*, p.266). Exemplos dessas práticas seriam as ginásticas e danças em geral.

Como a maioria dos alunos dos cursos supletivos não tem acesso a tais atividades compete à Educação Física trabalhá-las na escola, de forma a garantir uma consciência corporal e posterior crítica e superação de sua situação. Sobre isso o currículo cita:

Compete à educação Física, no espaço escolar, trabalhar com os elementos da cultura corporal brasileira, buscando elevar o nível de consciência corporal de seus alunos, com a intenção de, fazê-los sabedores de que seu corpo sempre estará expressando o ‘discurso’ hegemônico de um momento histórico determinado e que a compreensão do significado desse ‘discurso’, bem como de seus determinantes, é condição essencial para que ele possa vir a participar do processo de construção do seu tempo e, por conseguinte, de sua história. (*ibidem*, p. 266).

A forma de transmissão dos conteúdos se dará através de aulas teórico-práticas de maneira dialética. “... uma se respaldando na outra, analisando se suas relação entre diferentes culturas influenciadas pela evolução da técnica e da ciência, bem como a produção histórica do conhecimento social de outros povos em relação as suas práticas corporais.” (ibidem, p. 266).

Em relação à cultura desportiva, esta é definida como “a atividade corporal externada através do esporte”. Tal cultura também é negada ao aluno dos cursos supletivos fora da escola. Mais uma vez é tarefa da Educação Física trabalhar o corpo em movimento articulado aos esportes. Estes devem ser trabalhados de maneira que estimulem os alunos a conhecer e compreender a cultura desportiva brasileira numa perspectiva histórica, cultural e social. Somente assim será possível “... instrumentalizar o aluno para uma compreensão do mundo mais consciente e crítica e um comprometimento com o processo educacional” (ibidem, p. 267).

Sugere ainda, para uma melhor articulação entre o conhecimento dos alunos e o corpo teórico da Educação Física que “as formas culturais de movimento que se apresentam no mundo vivido de nossa população-alvo precisam ser tematizadas e problematizadas na Educação Física” (ibidem, p. 267).

2.6.3 PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS:

O currículo do Estado do Paraná faz a seguinte divisão dos conteúdos:

1) Duas unidades: I) cultura corporal;

II) cultura desportiva.

2) Cada unidade é subdividida em temas:

I) cultura corporal: - danças

- ginástica

II) cultura desportiva tem como tema esportes.

3) Os temas compreendem conteúdos:

- Danças: - regionais

- biodança

- populares

- folclóricas
- Ginástica: - aeróbica
 - antiginástica
 - yoga
 - estética
- Esportes: - futebol
 - voleibol
 - basquetebol
 - futsal
 - handebol
 - capoeira
 - peteca
 - outros

O currículo não faz menção ao jogo, que é um dos grandes conteúdos da Educação física e que deveria estar compreendido nele também. Tal conteúdo aparece na proposta curricular contemplada ao Estado do Paraná e foi literalmente cortado do ensino supletivo. Esse mesmo jogo que, segundo a própria autora de ambos os currículos

possibilita ao aluno a elaboração e o desenvolvimento do seu conhecimento. É através do conteúdo intencional do jogo, que o educando aprende a conhecer a si próprio, as pessoas e os papéis que estas assumem durante o desenrolar do próprio jogo. A natureza, as relações sociais, a estrutura do seu grupo, como funcionam os objetos circundantes, seus próprios limites físicos deverão ser compreendidos através da prática pedagógica do jogo pelos alunos. O jogo deve apresentar uma certa evolução, desafios a serem vencidos, para que o educando avance em seu conhecimento. Os jogos envolvem conteúdos e ações preestabelecidas que regularão a atividade do grupo, contribuindo para a compreensão de como são estabelecidas as regras e normas de convivência social. (CURRÍCULO DO ESTADO DO PARANÁ, 1992, p. 186).

Se o jogo traz tantas possibilidades de aprendizagem aos alunos não há razão de não estar contemplado nesse currículo que se diz de avanço.

2.6.4 SITUAÇÕES DIDÁTICAS E PROCEDIMENTOS:

A proposta de trabalho com os conteúdos está de acordo com os pressupostos teóricos e objetivos da proposta, pois cada conteúdo deverá ser contemplado pelo ângulo histórico, social e cultural, de maneira crítica e com vistas à produção de novos conhecimentos pelos alunos.

2.6.5 AVALIAÇÃO:

O currículo preconiza uma avaliação diagnóstica formativa. Tal avaliação se dá durante todo o processo ensino-aprendizagem e serve para professor e aluno terem consciência de como estão no processo, o quanto cresceram e que ajustes devem fazer para alcançar seus objetivos. Sobre isso o currículo coloca: “... proceder a avaliação da aprendizagem, clara e consciente, é entendê-la como um processo contínuo e sistemático de obter informações, de diagnosticar progressos, de orientar opa alunos para a superação de suas dificuldades.” (SEED - DESU, 1989, p. 270). Ainda sobre a avaliação, “é preciso, também, em cada momento da avaliação diagnosticar as necessidades dos educandos, conseqüentemente realimentando os conteúdos e encaminhando-os a uma nova proposta de ação.” (ibidem, p. 270).

Essa proposta de avaliação está coerente com os objetivos, pressupostos teóricos e metodológicos do currículo, pois leva em consideração a maneira como o aluno se apropriou dos conteúdos e não serve como mera forma de classificar alunos. “Entendemos que esta avaliação diagnostica e sistemática possa ser registrada, para acompanhamento do progresso do educando no processo ensino-aprendizagem, ‘tornando-se um processo de investigação de pesquisa que vise a transformação, perdendo a conotação de mensuração, de julgamento, que leva à classificação.” (GARCIA citada por SEED - DESU, 1991, p. 272). Com base nessa análise observa-se que a proposta do Estado abre possibilidades aos profissionais de Educação Física que queiram realizar um trabalho bem feito com alunos trabalhadores.

2.7 ANÁLISE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA:

A prefeitura possui uma proposta de avanço em termos de educação de jovens e adultos, baseada nos pressupostos da tendência histórico-crítica como podemos observar na sua filosofia: “sentiu-se a necessidade de desenvolver um trabalho pedagógico que viesse ao encontro das necessidades do aluno trabalhador.” (PMC, 1994, p. 6).

Apesar dessa proposta de avanço, não contempla a Educação, Física à esse aluno trabalhador, carente em tantos aspectos já vislumbrados nesse trabalho.

Observa-se um total desconhecimento sobre os benefícios que tal prática pode trazer aos alunos trabalhadores.

3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

Com base na literatura consultada conclui-se que as políticas públicas têm grande influência na práxis da educação física nas escolas públicas de ensino noturno. É claro que não é somente esse fator o único agente causador de tantos desastres nas escolas. Outros fatores como: a formação de professores, a consciência dos alunos, o nível de compromisso político por parte dos docentes, influenciam na forma como se apresenta e valoriza-se a educação física no ensino noturno, nas escolas públicas de Curitiba.

Constata-se com essa pesquisa que as escolas públicas municipais, a nível de 1^a a 4^a série, não apresentam sequer uma proposta à disciplina educação física e esta inexistente nas escolas municipais baseando-se na legislação que não obriga tal disciplina existir nesse grau de ensino. Já nas escolas estaduais, que possuem uma resolução que prevê a prática de educação física no ensino noturno, esta se mostra de maneira totalmente contrária tanto ao que diz tal lei quanto ao que prega uma educação física preocupada em desenvolver potencialidades nos alunos.

Após o trabalho realizado sugere-se:

- que a educação física no ensino noturno seja trabalhada de maneira a atender alunos trabalhadores de baixa renda. Devem então os professores estar bem informados sobre problemas causados por trabalhos “pesados”, má postura, stress, etc., serem competentes tecnicamente e terem uma postura política clara. Só assim trabalharão os conteúdos da educação física de maneira diferente da que é apresentada às crianças, de forma a promover sempre uma consciência crítica com as atividades propostas, a fim de promover subsídios para que seus alunos deixem de ser oprimidos pelo sistema capitalista e passem a ser cidadãos ativos e participantes da sociedade em que vivem;

- que se faça um trabalho de campo, no qual fosse elaborada uma metodologia de Educação Física adequada aos alunos de cursos noturnos. Após sua aplicação, coletam-se os dados e, com base neles, constata-se esse problema e surgem novos a serem investigados;

- que a nível institucional o governo estadual capacite seus professores para que atuem nas escolas noturnas com Educação Física;

- que o município reveja sua proposta para jovens e adultos uma vez que esta não contempla a Educação Física Escolar, apesar de ser uma proposta que vise transformação;

- que as universidades revejam também seus currículos, pois professores, formados nos atuais, não têm atendido às necessidades dos alunos dos cursos noturnos;

- é necessário que o governo, além das políticas públicas, dê condições para que estas se efetivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M.G. **Da escola carente a escola possível**. São Paulo: Loyola, 1991.
- SEED - DESU. **Currículo básico de educação de jovens e adultos - fases I e II**. 1989.
- SEED - DESU. **Currículo básico de educação de jovens adultos - 2º grau fase III**.1991.
- ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES (1994: Brasília). **Anais**. Brasília: MEC-INEP-SEF-UNESCO, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOMEZ, Carlos M.; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e conhecimento : dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1996.
- PEREIRA, Marcos A. **O Estado do Paraná e a educação... física escolar: em período noturno**. Curitiba, 1993. Monografia (Curso de Licenciatura em Educação Física). Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Curitiba: Secretária Municipal de Educação, 1994.
- ROCCO, Gaetana M. J. D. **Educação de adultos : uma contribuição para seu estudo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1979.
- SÉRIE CADERNOS DE ENSINO DE 2º GRAU. Curitiba: SEED, 1993.